

Sujeito, subjetividade e identidade no ciberespaço

LUCIA SANTAELLA

Um dos temas mais em voga entre aqueles que estão refletindo sobre questões emergentes relativas à cibercultura é o tema das identidades múltiplas que o usuário ou cibernauta tem oportunidade de desenvolver nos ambientes do ciberespaço. Este artigo tem por objetivo questionar os pressupostos que estão por trás da noção de identidade, tendo em vista desconstruir a crença de que a multiplicidade identitária só exista no ciberespaço. Longe disso, identidades são sempre múltiplas. A idéia de que a identidade possa ser consistentemente uma sustenta-se sobre uma noção de sujeito e de subjetividade herdada do cartesianismo e que vem sendo colocada em crise pela filosofia e pela psicanálise há pelo menos um século.

Se as identidades são sempre múltiplas, então por que o tema da identidade se tornou tão proeminente na cultura digital? O que os ambientes ciberespaciais trouxeram de mudança em relação ao tema? Discutir essas questões também está nos objetivos deste artigo.

1. QUESTIONANDO A NOÇÃO DE SUJEITO

Conforme já desenvolvi em outra ocasião (Santaella 2004), em inúmeras disciplinas, de múltiplas perspectivas, existe hoje um sentimento crescente de desconforto e pressentimento a respeito da sorte do sujeito (Doel 2001: 80). Mas antes de nos determos nesse desconforto, é preciso perguntar do que estamos falando, quando nos referimos ao sujeito. De que sujeito se trata?

A noção de sujeito e a de subjetividade dela derivada foram forjadas no cartesianismo. "Penso, logo existo". A imagem da subjetividade humana legada pelo cogito cartesiano dominou o pensamento ocidental por alguns séculos. De acordo com essa imagem, a existência do sujeito é idêntica ao seu pensamento. Trata-se da idéia de um sujeito racional, reflexivo, senhor no comando do pensamento e da ação, cujos pressupostos atravessaram as filosofias kantiana, hegeliana, fenomenológica e até existencialista. É essa mesma imagem de sujeito que esteve subjacente, até recentemente, às principais teorias sociais e políticas ocidentais. Para Tadeu da Silva (2000: 15), "esse sujeito é, na verdade, o fundamento da idéia moderna e liberal de democracia. É ele, ainda, que está no centro da própria idéia moderna de educação". É lapidar o retrato que nos é fornecido por Doel (ibid.: 86):

Convencionalmente, supõe-se que o sujeito é idêntico a si mesmo; ele é o ponto – o lugar no mapa – que perdura. Ele é o centro da identidade estável e inabalável. Embora seja a condição de possibilidade da identidade, da presença e da diferença, o sujeito precede toda identificação, toda apresentação, toda diferenciação. Eu *sou*, antes que eu seja alguma *coisa*. O sujeito é Um: universal, indivisível e eterno. O sujeito é o sujeito e, portanto, cumpre duas funções distintas na topografia da teoria social: universalização e individuação. Por um lado, o sujeito é uma figura de universalização na medida em que é o grau-zero da humanidade, o lugar ao qual, de forma indicial, todas as características humanas se referem e “deferem” (eu sou – sujeito). Em suma, o re-conhecimento se transfere – *por meio* dos corpos e faces individuais – para o lugar do sujeito universal. Além disso, esse movimento do individual ao universal não depende da variação real entre corpos e faces individuais: há universalização antes que existam individuações. De fato, o universal é indiferente a toda quantificação. É por isso que a proliferação, a des-diferenciação ou a fragmentação dos rostos e dos corpos nunca servirão para problematizar o sujeito universal: sujeito há. *O sujeito é o sujeito. Sozinho ele está.*

Não obstante a força com que perdurou no tempo, desde o final do século passado, essa idéia de sujeito começou a perder seu poder de influência para ser sumariamente questionada há duas ou três décadas, quando, nas mais diversas áreas das humanidades e ciências, alardeia-se que estamos assistindo à morte do sujeito. Sob as rubricas “crise do eu” ou “crise da subjetividade”, critica-se e rejeita-se a definição de um sujeito universal, estável, unificado, totalizado e totalizante, interiorizado e individualizado. “Há já mais de vinte anos que o *sub-jectum* não é o sol em torno do qual gira nosso pensamento social” (Kvale 1992 apud Domènech et al. 2001: 113).

Enfim, a subjetividade humana tornou-se uma construção em ruínas, é o que afirma Tadeu da Silva (ibid.: 11). Para esse autor, as devastadoras demolições já haviam tido início com os “mestres da suspeita”: Marx, Freud, Nietzsche e Heidegger, para prosseguir, incansável, a partir de meados do século XX,

com as operações de desalojamento do *cogito* cartesiano efetuadas pela revisão arthusseriana de Marx e pela revisão lacaniana de Freud. Depois, com os pós-estruturalistas, Foucault, Deleuze, Derrida, Lyotard, o estrago se tornaria irremediável e irreversível. Sem volta. *A point of no return*. A questão não é mais, agora, “quem é o sujeito?”, mas “queremos ainda ser sujeitos”, “quem

precisa de sujeito?" (Guzzoni 1996), "quem tem nostalgia do sujeito?" e, mais radicalmente, talvez, "quem vem depois do sujeito?" (Cadava, Connor e Nancy 1991). Ou ainda, como Maurice Blanchot (1991), a essa última pergunta podemos, talvez cinicamente, nos limitar a retrucar: "quem mesmo?".

De fato, são muitas as vozes a afirmar que "a idéia do eu" entrou em uma crise que se pode crer irreversível. Têm sido escritos inúmeros obituários da imagem de ser humano que animou nossas filosofias e nossas éticas por tanto tempo. As noções de indivíduo, sujeito e subjetividade subjacentes a essa idéia foram sendo varridas por mudanças culturais que já tiveram início na segunda metade do século XIX o que colocou "em relevo a instabilidade e a dinâmica complexa, bio-ideológica pela qual o sujeito é marcado: múltiplo, estigmatizado pela falta, descentrado, uma verdadeira estrutura dissipativa em que ordem e desperdício se conjugam" (Villaça 1999: 102).

Rose (2001: 139) nos lembra muito apropriadamente que, sob o ponto de vista da psicanálise, a imagem do eu sempre foi o produto de uma construção imaginária. É essa construção que nos ilude quanto à existência de uma forma coerente e unificada do humano, quando, na verdade, a ontologia humana é necessariamente a ontologia de uma criatura despedaçada no seu próprio núcleo. A desordem identificatória é, de acordo com Freud, constitutiva de nossa condição humana, de nossa constituição de seres simbólicos. Retomando as descobertas freudianas, no seu elaborado diagrama para explicar a dinâmica da formação do ego, Lacan (1982) demonstrou que o ego é, na realidade, uma coleção desordenada de identificações e que a ilusória unidade do eu é uma projeção do imaginário.

Além da filosofia e da psicanálise, a desconstrução do sujeito está hoje vazando por todos os lados: nos discursos das feministas, nos estudos culturais sobre raça e etnia, nas análises pós-colonialistas, todos eles evidenciando que não existe sujeito ou subjetividade fora da história e da linguagem, fora da cultura e das relações de poder. Para Tadeu da Silva (ibid.: 11), é na teoria cultural, que analisa as radicais transformações culturais pelas quais passamos, que podemos ver o desenvolvimento de um pensamento que nos faz questionar radicalmente as concepções dominantes sobre a subjetividade humana.

Não é apenas o pressuposto de que existe um sujeito universal, unitário e centrado que está em questão, mas, sobretudo, como porventura o sujeito poderia ser situado, corporificado, fragmentado, descentrado, desconstruído ou destruído. Por isso mesmo, no lugar dos antigos "sujeito" e "eu", proliferam novas imagens de subjetividade.

2. NOVAS IMAGENS DE SUBJETIVIDADE

Fala-se de subjetividade distribuída, socialmente construída, dialógica, descentrada, múltipla, nômade, situada, fala-se de subjetividade inscrita na superfície do corpo, produzida pela linguagem etc. Nessa mudança, o psicológico abandona o espaço privado e intransferível das psiques individuais para alojar-se nas encruzilhadas e nas ruelas que marcam o estar-no-mundo com outros seres humanos (Kvale 1992 apud Domènech et al. 2001: 113).

Como complexa e incerta, por exemplo, surge a imagem de subjetividade delineada por Morin (1996), quando este enfatiza que a incerteza existencial é a marca do propriamente humano, do que decorre a necessidade de fundar o pensamento na ausência de fundamento e de reinventar o sujeito a partir da lógica do ser vivo: bio-lógica (ver Villaça 1999: 104-5).

Outra imagem da subjetividade é aquela que a revela como multiplamente construída. Buscando romper com o essencialismo naturalista ou o naturalismo social, ambos justificados na dicotomia natureza/sociedade, essa imagem encontra-se, segundo Domènech et al. (2001: 126), na teoria do Ator-Rede, nascida no interior dos estudos da ciência, a partir das formulações de Michel Serres. Para esses autores, apesar de constituir uma teorização extremamente complexa, esse caminho redefine o que significa reflexão social. Em lugar de continuar ampliando a fratura entre o humano e o não-humano, o social e o natural, a teoria do Ator-Rede recupera o papel do tecnológico, dos objetos, do natural, nas explicações sobre questões que se vêm formulando como alheias a essa classe de elementos: as relações de poder, as dinâmicas institucionais ou a constituição de subjetividades, que aparecem sob uma nova luz, quando deixamos de considerá-los como processos que têm a ver, única e exclusivamente com humanos.

Ainda outra imagem da subjetividade aparece sob as lentes semióticas de Bakhtin e Peirce, ambos acentuando o caráter dialógico e inalienavelmente social da linguagem, fora da qual não há sujeito. Este é signo entre signos, tradutor incessante de signos e quase-signos que dão corpo ao pensamento e que fazem a mediação para os objetos que apresentam, referenciam, aos quais se aplicam e simbolizam. Assim, o sujeito, mesmo na sua forma mais íntima, é um processo de semiose, isto é, de ação de signos (ver Colapietro 1989).

Imagem fascinante é a da subjetividade polifônica de Guattari (1992: 162), para o qual a subjetividade coletiva é engendrada “por componentes semióticos irreduzíveis a uma tradução em termos de significantes estruturais e sistêmicos”. Dessa perspectiva, não se pode mais “falar do sujeito em geral e de uma enunciação perfeitamente individuada, mas de componentes parciais e heterogêneos de subjetividade e de Agenciamentos coletivos de enunciação

que implicam multiplicidades humanas, mas também devires animais, vegetais, maquínicos, incorporais, infrapessoais”.

Bastante difundida é a imagem de subjetividade deleuziana, que se apóia na complexa topologia da dobra, permitindo-nos seguir labirintos, percorrer diversas camadas, entretecendo junto coisas diferentes, estabelecendo o *continuum* através de transições insensíveis, numa transversalidade entre planos (Villaça *ibid.*: 109). Enfim, as imagens da subjetividade são hoje multiformes, heteróclitas, descentradas, instáveis, subversivas.

Não obstante a pluralidade de caminhos, a constante de todos eles está na busca por escapar do velho e familiar eu, aquele reconfortante “eu” da filosofia humanista, da hermenêutica e da fenomenologia, que, segundo Rose (2001: 157), refere-se ao ator que interage com outros em um contexto cultural e lingüístico, à pessoa em quem os efeitos de sentido, comunicação, assumem sua forma, com todos os pressupostos que a acompanham, pressupostos que afirmam a singularidade e o caráter cumulativo do tempo vivido da consciência.

➤ Paradoxalmente, entretanto, no momento mesmo em que as novas imagens da subjetividade levam à derrocada a idéia unificada do eu, as práticas regulatórias das instituições sociais continuam a governar os indivíduos de uma maneira que está, mais do que nunca, ligada às antigas características que o definem como um “eu”. Enquanto, de um lado, os discursos filosóficos e sociais expõem, com todas as sortes de argumentos, as contradições e inadequações das definições estáveis e acabadas do eu, de outro lado, as mídias em geral trabalham freneticamente pela preservação da “idéia do eu” que dá fundamento às práticas regulatórias institucionais. À dispersão conceitual do “eu”, nas ciências do homem, contrapõe-se hoje uma ferrenha intensificação de sua identidade inquestionável nas mídias.

Enquanto os estudos sobre a subjetividade esforçam-se por denunciar os vultos fantasmagóricos que se escondem por trás dos axiomas das crenças, as mídias fazem pesar a balança para o lado das ilusões. Quem ganha a batalha no coração dos incautos? Certamente, as mídias, pois as imagens, que elas incessantemente passam, dão robustez ao imaginário que alimenta as miragens do ego.

➤ Nesse contexto, é preciso chamar atenção para o fato de que, quando os teóricos e comentadores sobre a cibercultura tecem longos discursos sobre as identidades múltiplas que germinam nos ambientes ciberespaciais, são ainda as miragens do ego unificado que estão alimentando esses discursos, como se houvesse uma separação nitida entre a realidade, fora do ciberespaço, habitada por sujeitos unos e a realidade simulada do ciberespaço, na qual proliferam identidades múltiplas. De fato, uma tal separação só pode ser sustentada sobre a ignorância de mais de um século de rupturas das tradicionais noções de sujeito, conforme foi discutido acima.

Será que, com isso, pretendo significar que não há nada de novo nos céus do ciberespaço? Em absoluto, certamente algo novo está surgindo nesses céus. Entretanto, esse novo não se define por meio da mera oposição entre o uno e o múltiplo, mas sim por meio de aspectos agora emergentes em uma multiplicidade identitária que já é constitutiva do humano.

3. ESPECIFICIDADES DA MULTIPLICIDADE IDENTITÁRIA NO CIBERESPAÇO

Para caracterizar as identidades múltiplas que são típicas do ciberespaço Poster (1995: 57-60) contrapõe a idéia do sujeito de herança cartesiana àquela que emerge nas redes planetárias de comunicação. Para o autor, essas redes produzem uma reconfiguração da linguagem, constituindo os sujeitos culturais fora do padrão do indivíduo racional e autônomo que deu sustento à noção de sujeito na era da cultura impressa. Essa noção de sujeito se viu atropelada na era digital por um sujeito multiplicado, disseminado e descentrado, continuamente interpelado como uma identidade instável.

A importância desse atropelo tem sido negligenciada pelas teorias sociais muito provavelmente porque grandes fundadores das teorias da sociedade moderna, como Marx e Weber, enfatizavam a ação (trabalho) e as instituições (burocracia) em detrimento da linguagem e da comunicação. Entretanto, como é muito bem lembrado por Poster, suas teorias refletem o modo comunicativo dominante de suas épocas. Marx e Weber foram herdeiros do Iluminismo do século XVIII, uma tradição intelectual profundamente enraizada na cultura impressa. A teoria iluminista do indivíduo racional e autônomo derivou muito de suas bases da prática da leitura da página impressa. A materialidade espacial da impressão, a disposição linear das sentenças, a estabilidade das letras no papel, o espaçamento ordenado, sistemático das letras negras sobre o fundo branco permitem ao leitor se distanciar do autor, promovendo uma ideologia do indivíduo crítico que pensa isoladamente das dependências religiosas e políticas.

Também sustentado na materialidade estável da letra sobre o papel, o autor é tido como autoridade. Tanto do lado do autor quanto do leitor, a cultura impressa constitui o indivíduo como um sujeito com identidade fixa e estável. Para Poster, essa característica é homóloga à figura do sujeito nas instituições da modernidade, no mercado capitalista com seus indivíduos proprietários, no sistema legal com seu "homem razoável", na democracia representativa com sua presunção do auto-interesse individual, na burocracia com sua racionalidade instrumental, na fábrica com seu sistema taylorista, no sistema educacional com seus exames e notas individuais.

A emergência da cultura digital e seus sistemas de comunicação mediados eletronicamente transformam o modo como o sujeito era pensado

até então, prometendo também alterar a forma da sociedade. Essa cultura promove o indivíduo como uma identidade instável, como um processo contínuo de formação de múltiplas identidades, instaurando formações sociais que não podem mais ser chamadas de modernas, mas pós-modernas. Para pensar essas novas formações sociais, a cultura eletrônica privilegia teorias pós-estruturalistas e desconstrucionistas que enfatizam o papel da linguagem no processo de constituição dos sujeitos. Teorias que ignoram as linguagens das tecnologias comunicacionais ou que as consideram sob um ponto de vista meramente instrumental deixam de enxergar as novas questões colocadas pela cultura digital, avaliando esta dentro dos antigos paradigmas que foram gerados para teorizar sobre a cultura impressa.

Poster (ibid.: 79-80) defende que a compreensão pós-estruturalista da linguagem, tal como expressa principalmente nas obras de Foucault, Derrida e, deve-se acrescentar, de Lacan, é relevante em especial pela conexão que estabelece entre a linguagem e a constituição do sujeito sob as seguintes premissas:

- (a) os sujeitos são sempre mediados pela linguagem;
- (b) essa mediação toma a forma da "interpelação";
- (c) nesse processo, a posição do sujeito não está nunca suturada ou fechada, mas permanece instável, excessiva, múltipla.

É através da linguagem que o ser humano se constitui como sujeito e adquire significância cultural. Os tipos de cargas que a sociedade impõe sobre os indivíduos, a natureza dos constrangimentos e domínio com que ela opera produzem seus efeitos na linguagem. Esses efeitos tendem a ser obliterados pelo privilégio sistemático que costuma se dar ao sujeito como ponto de origem da motivação, consciência e intenção. Desde a configuração cartesiana do sujeito, depois disseminada no Iluminismo, desde a inscrição dessa configuração nas instituições da democracia representativa, na economia capitalista, na organização social burocrática e na educação secular, ela se tornou a fundação cultural do Ocidente. Partindo do ponto privilegiado de uma consciência interior, no esquecimento ou naturalização da linguagem, o indivíduo concebido como sujeito é fixado em oposições binárias: autonomia/heteronomia, racionalidade/irracionalidade, liberdade/determinismo.

→ Ainda segundo Poster (ibid.: 60), a combinação das enormes distâncias com a imediatividade temporal que é própria das comunicações eletrônicas reconfigura a posição do indivíduo de maneira tão drástica que a figura do eu, fixo no tempo e no espaço, capaz de exercer controle cognitivo sobre os objetos circundantes não mais se sustenta. A comunicação eletrônica sistematicamente remove os pontos fixos, as fundações que eram essenciais às teorias modernas.

Os termos "realidade virtual" e "tempo real" atestam a força das novas mídias na constituição de uma cultura da simulação. As mediações se tornaram

tão intensas que tudo que é mediado não pode fingir não estar afetado. A cultura é crescentemente simulacional no sentido de que a mídia sempre transforma aquilo de que ela trata, embaralhando identidades e referencialidades. Na segunda idade da mídia, a realidade se tornou múltipla. O efeito das novas mídias, tais como internet e realidade virtual entre outras, é potencializar as comunicações descentralizadas e multiplicar os tipos de realidade que encontramos na sociedade. Toda a variedade de práticas inclusas na comunicação via redes – correio eletrônico, serviços de mensagens, vídeo conferência etc. – constituem um sujeito múltiplo, instável, mutável, difuso e fragmentado, enfim, uma constituição inacabada, sempre em projeto (Poster *ibid.*: 30-32, 77).

Poster ilustra essas idéias através da análise de exemplares da comunicação mediada por computador, mostrando que as reflexões guiadas quer pela moralidade humanista, quer pelo *marketing*, quer ainda pela crítica social marxista, todas elas deixam de atentar para a relação da linguagem com a cultura na constituição de novas posições para o sujeito, isto é, novos lugares na rede da comunicação social. Essas formas culturais de subjetivação na era digital reclamam por uma nova política emancipatória.

Quando a política circunscreve a liberdade em torno da pele de um indivíduo, rotulando tudo que está dentro dessa pele como privado e intocável, ficam erroneamente concebidas as estratégias políticas em uma cultura digital. Uma vez que nossos corpos estão plugados em redes, bases de dados e infovias de informação, o caminho emancipatório deve ser encontrado nas novas formações subjetivas da cultura digital pós-moderna e não nos princípios que nortearam as certezas da era moderna em processo de desaparecimento (Poster *ibid.*: 93).

O que se pode concluir a partir dessa lúcida análise de Poster é que os processos culturais e comunicacionais propiciados pelos ambientes do ciberespaço tornam evidente, colocam a nu a multiplicidade identitária do sujeito, pondo em crise, tanto quanto a filosofia e a psicanálise já vem fazendo há mais de um século, a idéia ilusória do sujeito unificado, racional e estável. Quer dizer, a instabilidade que é constitutiva do eu e da subjetividade só encontrou no ciberespaço vias propícias de encenação e representação.

Se, de fato, a persona que aparece no ciberespaço é aparentemente mais fluida do que aquela que assumimos em outras situações de nossas vidas, isso advém do fato de que podemos, até um certo ponto, conscientemente construir essa persona no ambiente simulado. E essa consciência nos permite brincar com o nosso eu de novos modos, na interação com o outro especular, isto é, as outras personas do ciberespaço. Mas isso só é possível pela mediação do Outro (a linguagem, a cultura, o ciberespaço enquanto sistemas de códigos) que possibilita essas interações não experienciáveis em outras situações.

Por isso mesmo, conforme já discuti em outra ocasião (Santaella 2003), um dos conceitos-chave das tecnologias imersivas deveria ser o de incorporação e não o de identificação. No seu artigo sobre "O que os ciborgs comem? A lógica oral em uma sociedade informacional", Margaret Morse (1994: 164-65) argumenta que o conceito de incorporação deve substituir o de identificação porque, na era da cibernética e outras mídias eletrônicas, como fruto de seus efeitos imersivos, não podemos mais falar em identificação, visto que esta requer uma distância entre o sujeito e aquilo a que ele pode porventura se identificar, algo que as experiências de interatividade não permitem. Nestas, identidades são incorporadas, intercambiadas, complementadas, substituídas, transitáveis. Nessa lógica da reversibilidade, entramos na pele do outro, tornamo-nos o outro. Daí a sensação de jogo, muito mais do que a de identificação, o que levou Shobchack (apud Jones 1998: 328) a substituir o termo "intersubjetividade" por "interobjetividade".

De acordo com Poster (1990: 15-16), o modo multidirecional de troca de informação, característico da nossa era, coloca em questão a natureza mesma da subjetividade na sua relação com o mundo dos objetos, sua perspectiva e localização no mundo. O sujeito não está mais localizado em um tempo/espaço estáveis, em um ponto de vista fixo a partir do qual calcular racionalmente suas opções. Ao contrário, ele está multiplicado em bancos de dados, dispersado entre mensagens eletrônicas, descontextualizado e reidentificado em comerciais de TV, dissolvido e rematerializado continuamente em algum ponto na incessante transmissão e recepção eletrônicas de símbolos. Isso nos leva a concluir que o surgimento da cibercultura tornou o Outro (o grande outro da psicanálise, o lugar da linguagem, dos códigos, da cultura) mais complexo. Não deve ser por acaso que muitos "plugados" apresentam o sentimento irresistível de colocar o ciberespaço em algum ponto muito próximo da idéia de Deus, pois Deus continua sendo a manifestação mais perfeita e legítima do Outro.

Em suma: a novidade do ciberespaço não está na transformação de identidades previamente unas em identidades múltiplas, pois a identidade humana é, por natureza, múltipla. A novidade está, isto sim, em tornar essa verdade evidente e na possibilidade de encenar e brincar com essa verdade, jogar com ela até o limite último da transmutação identitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BLANCHOT, Maurice. Who? Em *Who comes after the subject?* Eduardo Cadava, Peter Connor e Jean-Luc Nancy (orgs.). Nova Iorque: Routledge, 1991, 58-60.
- CADAVA, Eduardo; CONNOR, Peter e NANCY, Jean-Luc (orgs.). *Who comes after the subject?* Nova Iorque: Routledge, 1991.
- COLAPIETRO, Vincent. *Peirce's approach to the self*. State University of New York Press, 1989.

- DOEL, Marcus. *Corpos sem órgãos: esquizoanálise e desconstrução*. Em *Nunca fomos humanos. Nos rastros do sujeito*, Thomas Tadeu da Silva (org. e trad.). Belo Horizonte: Autêntica, 2001, 77-110.
- DOMENÈCH, M., TIRADO, F. e GÓMEZ, L. A dobra: psicologia e subjetivação. Em *Nunca fomos humanos. Nos rastros do sujeito*, Thomas Tadeu da Silva (org. e trad.). Belo Horizonte: Autêntica, 2001, 111-136.
- GUATTARI, Félix. *Caosmose. Um novo paradigma estético*, Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão (trads.). Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- GUZZONI, Ute. Do we still want to be subjects? Em *Deconstructive subjectivities*, Simon Critchley e Peter Dews (orgs.). Nova Iorque: State University of New York, 1996, 201-216.
- JONES, Amelia. *Body art: Performing the subject*. Minneapolis: The University of Minnesota Press, 1998.
- KVALE, S. From the archeology of the psyche to the architecture of cultural landscape. Em *Psychology and postmodernism*, S. Kvale (org.). Londres: Sage, 1992.
- LACAN, Jacques. *Seminário 20. Mais, ainda*, M. D. Magno (trad.). Rio de Janeiro: Zahar, 1982a.
- MORIN, Edgar. A vida. Observações finais. Em *A religação dos saberes. O desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, 195-198.
- MORSE, Margaret. What cyborgs eat? Oral logic in an information society. Em: *Culture on the Brink: Ideologies of Technology*, Gretchen Benden e T. Druckrey (eds.). Seattle: Bay Press, 164-65, 1994.
- TADEU DA SILVA, Tomaz. Nós, ciborgues: o corpo elétrico e a dissolução do humano. Em *Antropologia do ciborgue*, Tomaz Tadeu da Silva (org. e trad.). Belo Horizonte: Autêntica, 2000, 9-18.
- VILLAÇA, Nizia. *Em pauta: corpo, globalização e novas tecnologias*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- POSTER, Mark. *The mode of information. Post-structuralism and social context*. Chicago: University of Chicago Press, 1990.
- _____. *The second media age*. Cambridge: Polity Press, 1995.
- SANTAELLA, Lucia. *Culturas e artes do pós-humano*. São Paulo: Paulus, 2003.
- _____. *Corpo e comunicação. Sintoma da cultura*. São Paulo: Paulus, 2004.